

Análise das Interações da Audiência Pública da CAS sobre Venda de Medicamentos Isentos de Prescrição em Supermercados com Farmacêutico (PL 2158/2023) – 27/05/2025 – Gerado por IA

Este relatório sumariza as **363 participações de cidadãos** na audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que debateu o PL 2.158/2023. O projeto propõe a alteração da Lei nº 5.991/1973 para permitir a venda de medicamentos isentos de prescrição em supermercados, desde que haja a presença de farmacêutico registrado no CRF. O objetivo desta análise é apresentar as principais opiniões e preocupações do público para subsidiar a análise da proposta pelos senadores.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 363

Temas principais:

- Oposição à Venda de MIPs em Supermercados (68%):** A grande maioria das interações expressou forte oposição ao PL 2158/2023, motivada por preocupações com o aumento da automedicação, os riscos à saúde pública decorrentes do uso inadequado de medicamentos, a desvalorização do papel do farmacêutico como profissional de saúde e a

inadequação do ambiente de supermercado para a dispensação de medicamentos.

Exemplo: "*É um absurdo vender medicamentos em supermercados. Em certas cidades, farmácias e drogarias não podem vender biscoitos, sorvetes ou balas.*" (Agnaldo F - SP)

2. Defesa da Venda de MIPs em Supermercados (com ressalvas) (5%):

Uma parcela menor dos participantes defendeu a venda de MIPs em supermercados, desde que haja a presença e atuação efetiva de um farmacêutico, fiscalização rigorosa e controle de qualidade. Argumentam que isso aumentaria o acesso aos medicamentos, a conveniência para o consumidor e poderia resultar em potencial redução de custos.

Exemplo: "*Desde que haja a fiscalização – assim como a venda de álcool 70, que foi monopolizada pelas drogarias – e em sala demarcada no Supermercado.*" (Alminio D. - AM)

3. Questionamentos sobre a Implementação e Fiscalização (23%): Uma parcela significativa das interações levantou questionamentos sobre a viabilidade da implementação do projeto de lei. As principais preocupações foram relacionadas a como a presença e atuação do farmacêutico seriam garantidas e fiscalizadas, o controle de qualidade dos medicamentos, a segurança do armazenamento, os riscos de desvios e falsificações, o impacto nas farmácias independentes, especialmente as de pequeno porte, e as potenciais consequências para a saúde pública.

Exemplo: "*A presença de um farmacêutico em supermercados seria obrigatória sob este PL, como os senhores garantem que a fiscalização será eficaz?*" (Cristiano R - SP)

4. Comparativo com a Situação Atual das Farmácias (4%): Uma pequena parte dos comentários criticou a postura das farmácias, argumentando que muitas vezes vendem produtos diversos e não oferecem a devida orientação

farmacêutica. Levantam a questão da incoerência em proibir a venda de medicamentos em supermercados enquanto farmácias vendem produtos de supermercado, muitas vezes sem o mesmo rigor sanitário.

Exemplo: "Hoje, farmácias vendem brinquedos, ração para Pet, refrigerante, e outros itens de supermercados. Por que mercados não podem ter medicamentos?" (Jefferson W - RS)

A audiência pública revelou ampla oposição à venda de MIPs em supermercados, com destaque para os riscos à saúde e à função do farmacêutico. Embora minoritárias, também foram registradas manifestações favoráveis à proposta, condicionadas à fiscalização e à presença de profissional habilitado, além de questionamentos sobre a viabilidade e os impactos da medida.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=34022> .